



SEÇÃO: ENTREVISTA

Dimensões públicas da história e relações culturais em perspectiva transnacional — Conversação com Richard Cândida Smith

Public dimensions of history and cultural relations in a transnational perspective — Conversation with Richard Cândida Smith

Dimensiones públicas de la historia y las relaciones culturales en perspectiva transnacional — Conversación con Richard Cândida Smith

Ana Maria Mauad¹

orcid.org/0000-0001-8973-5238
anamauad@id.uff.br

Juniele Rabêlo de Almeida¹

orcid.org/0000-0001-9468-9192
junielerabelo@id.uff.br

Recebido em: 21/03/2021.

Aprovado em: 21/03/2021

Publicado em: 31/08/2021.

Richard Cândida Smith é professor emérito do Departamento de História da University of California, Berkeley (UC Berkeley). A sua trajetória acadêmica, que perpassa a história intelectual e a história oral, é marcada pela expressão internacional das suas publicações: Estados Unidos, Brasil, México, Espanha, França, Holanda e Grã-Bretanha. Suas pesquisas exploram os movimentos das artes e das redes literárias nos Estados Unidos, com ênfase em conexões e dimensões públicas dos intercâmbios transnacionais na história contemporânea. Referência nos estudos sobre história oral, Richard tem trabalhado, nos últimos anos, no projeto Voices of Contemporary Art. Participa, também, da organização do projeto internacional Transatlantic Cultures, sobre História e Cultura no Mundo Atlântico (Séculos 18 a 21), com estudiosos de todas as partes do mundo. Contribui, ainda, para Painted Poetry & Painterly Poetics, an Ekphrastic Notion, um projeto interdisciplinar internacional sediado na Holanda, que explora a poética do texto e da imagem.

Richard Cândida Smith é doutor em História pela University of California (Los Angeles, 1992) e, desde 2001, é professor na UC Berkeley — onde dirigiu o Centro de História Oral da Biblioteca Bancroft, Berkeley, entre os anos de 2001 e 2012. É possível destacar, na sua vasta produção acadêmica: 1) os livros *Improvised Continent: Pan-Americanism and Cultural Exchange* (2017); *Circuitos de Subjetividade: História Oral, O Acervo e as Artes* (2012); *The Modern Moves West: California Artists and Democratic Culture in the Twentieth Century* (2009); *Mallarme's Children: Symbolism and the Renewal of Experience* (1999); *Utopia and Dissent: Art, Poetry, and Politics in California* (1995); 2) os textos *História pública, por que não?* (2018), *Érico Veríssimo, a Brazilian Cultural Ambassador in the United States* (2013); *História oral na historiografia: Autoria na História* (2011), *Oral History at the*



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

¹ Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.

University of California, Berkeley(2010); *Romper lo que está resquebrajado: 1968 in the United States of America* (2009); *Publishing Oral History: Oral Exchange and Print Culture* (2006).

O diálogo com Richard Cândida Smith iniciou-se no dia 10 de abril de 2020 com o compartilhamento de textos e reflexões, via e-mail, sobre os desafios da história oral com base nas dimensões públicas da memória social. Disso resultou o encontro virtual no dia 12 de novembro de 2020, como parte do Programa de Internacionalização (PRINT/Capes) "Desigualdades Globais e Sociedade" (uma parceria entre a Universidade da Califórnia/UC Berkeley e a Universidade Federal Fluminense/UFF). Nessa ocasião foram discutidas as questões centrais da obra *Improvised Continent: Pan-Americanism and Cultural Exchange* (2017) com base na observação das relações entre intelectuais e artistas latino-americanos e norte-americanos — temática que norteou os estudos do autor nos últimos anos —, bem como em reflexões sobre os encontros e desencontros entre história pública e história oral em perspectiva transnacional.

Em meio às adversidades da pandemia de COVID-19, o encontro ocorreu a distância, conectando Chicago, cidade onde Richard atualmente reside, e Rio de Janeiro, em um diálogo aberto. O professor Richard organizou generosamente a sua fala em português, possibilitando o compartilhamento de suas ideias com toda a comunidade acadêmica presente. Não obstante, as conversações que deram origem a esta publicação ultrapassam esse evento, pois ocorreram no decorrer da longa história de parceria entre Richard Smith e Ana Mauad, construída nos territórios da história oral e da história visual, e, também, dos diálogos recentes estabelecidos com Juniele Rabêlo de Almeida sobre história oral e história pública, por ocasião de suas atividades como professora visitante na UC Berkeley durante o ano de 2020.

Como surgiu a ideia do projeto que se transformou no livro *Improvised Continent*?

Tudo começou no final dos anos 1970, quando fui convidado a participar de um projeto para a

televisão pública nos Estados Unidos. O objetivo da proposta era apresentar roteiros originais escritos por treze autores bem conhecidos da América Latina. Esse grupo era formado por Octavio Paz, Carlos Fuentes, Elena Poniatowska, David Viñas, Orígenes Lessa, Lygia Fagunda Telles, Luisa Valenzuela e outros escritores. Infelizmente o projeto não prosperou, o que nos deixou muito desapontados, mas talvez o fracasso tenha sido sorte. A situação política mudou de forma inesperada. Não fui o único a ser surpreendido pelos caminhos que a mudança social seguiu entre 1980 e 2010. Afinal era muito ingênuo querer apresentar ao público dos Estados Unidos, uma parte do mundo que se havia transformado de forma dramática pela desestabilização política causada, justamente, pela intervenção dos Estados Unidos.

De qualquer forma, continuei a ler e a me interessar pela literatura latino-americana, incluindo autores históricos e teóricos. Participei de um livro sobre a cultura da fronteira EUA-México para uma exposição de arte em Tijuana e Los Angeles. Comecei a oferecer cursos sobre intercâmbios culturais interamericanos, propondo abordagens em torno de divergências e convergências em vez de semelhanças e diferenças. A teorização dos "*encuentros y desencuentros*" de Julio Ramos forneceu base para a minha abordagem. O ponto central da proposta era não pensar em fenômenos históricos como enteléquias autônomas; assim, analisamos livros e outras obras culturais como funções produzidas dentro de instituições que se desenvolvem através de interações com outras forças sociais, às vezes locais, às vezes nacionais, às vezes transnacionais. Em todas as situações estudadas, a literatura científica relevante dos países que interagem com os Estados Unidos teve de ser considerada, bem como a literatura dos Estados Unidos. Devo dizer que esse foi um requisito incomum e, em certa medida, controverso, mas necessário. Em qualquer assunto na história dos Estados Unidos, a historiografia é imensa, muitas vezes mais do que uma pessoa pode ler em uma vida. Pedir aos alunos para lerem além da literatura dos EUA é injusto, especialmente quando lhes é solicitado ler nos

idiomas originais. Mas, se queremos entender os Estados Unidos como uma sociedade que, quase a partir de suas origens, exerceu influência sobre outras partes do mundo, ao mesmo tempo em que foi remodelada internamente através de interações globais, e então contar essa história de uma forma mais completa, devemos ver o que os “parceiros” do nosso país têm a dizer. O que nos pode levar a conclusões inesperadas.

Então, do meu ponto de vista, um historiador dos Estados Unidos precisa aprender línguas e se familiarizar com a historiografia de países relevantes para o seu tema. Escrevi o livro, *Improvised Continent* apoiado na hipótese de que as relações interamericanas, embora historicamente distintas, não eram especiais ou únicas. A União Pan-Americana foi a primeira de muitas organizações internacionais que os Estados Unidos promoveram durante o século XX. Justamente esse aspecto precursor, cheio de contradições, levou a que muito do que aconteceu fosse improvisado, ao invés de ser decorrente de um planejamento estratégico.

Sua trajetória acadêmica como historiador é marcada por estudos sobre intercâmbios culturais. Em que medida o tema do pan-americanismo se tornou um objeto historiográfico em suas abordagens?

As relações culturais foram importantes para mim. Trabalhei por muito tempo na história cultural, do ponto de vista mais teórico. A literatura e a arte são formas de práxis, o que é feito em cada país é parecido — nunca idêntico, pois a organização da produção cultural e da distribuição difere durante grande parte do período que eu pesquisei —, pois todos os países tinham ricas produções culturais que poderiam facilmente interessar pessoas de outras nações. Em termos de política, economia e poder militar, as relações entre os Estados Unidos e outros membros da União Pan-Americana eram inevitavelmente desiguais, mas o intercâmbio cultural proporcionou um ponto de partida em que a igualdade era a base. Em segundo lugar, os líderes americanos durante a primeira metade do século XX esta-

beleceram padrões para avaliar sua liderança internacional, com especial atenção aos valores promovidos pela interação cultural. Eu tomo suas declarações pelo valor nominal porque eles fornecem um padrão para rever os resultados que os próprios líderes dos EUA estabeleceram.

Como você compreende o termo pan-americanismo? É possível afirmar, a partir da história do conceito, que o pan-americanismo é um prelúdio do globalismo do final do século XX?

Pan-americanismo é um termo simples com uma história contraditória. A ideia apareceu pela primeira vez na era revolucionária (1770–1830), com propostas mal sucedidas de que as recém-independentes nações da América formassem uma Confederação de Comunidades Autônomas. Elas seriam mais capazes de defender suas liberdades através da cooperação em vez de concorrência. Além disso, o “pan-americanismo” foi uma manobra geopolítica que os líderes do governo dos EUA implementaram no final do século XIX, para recriar o mundo de uma maneira que forçaria outras nações a mudar seus sistemas políticos e econômicos. Mudanças que permitiriam o alinhamento político com as instituições e práticas norte-americanas. Na década de 1880, as potências europeias enviaram expedições militares ao Hemisfério Ocidental para tomar portos aduaneiros de nações que tinham inadimplência em empréstimos a credores europeus. As nações latino-americanas reagiram positivamente às novas propostas de uma União Pan-Americana, buscando a ajuda de um poder capaz de parar a agressão europeia, um poder às vezes admirado, mas também odiado. Tanto nos Estados Unidos quanto nos países latino-americanos, a visão da União Pan-Americana sempre foi triangular — a Europa, forçada pela unidade das Américas, seria pressionada a mudar a forma como funcionava no mundo, tudo isso para preservar, se não expandir, o comércio transatlântico.

Desse ponto de vista, o pan-americanismo foi um prelúdio para o “globalismo” do final do século XX. As inconsistências do pan-americanismo na prática,

em parte baseadas em aspectos contraditórios das estratégias e políticas dos EUA, antecederam os problemas do que aconteceu após a Guerra Fria.

Como, em nome do “intercâmbio cultural”, os programas implementados possibilitaram a construção de uma opinião pública sobre o suposto papel internacional mais amplo para os Estados Unidos?

O pan-americanismo envolveu uma ambiciosa agenda de interação transnacional. Havia muitos programas, com uma maioria focada na sociedade civil, em vez de nas relações estado-estado ou em negócios e mercados. Muitos desses programas, especialmente aqueles implantados em nome do “intercâmbio cultural”, têm servido a um propósito particular relacionado à situação política interna dos Estados Unidos: remodelar a opinião pública para aceitar um papel internacional mais amplo para os Estados Unidos. “Intercâmbio cultural” é um termo burocrático que estabelece uma estreita relação entre idealismo e poder. Os programas culturais compõem no máximo 5% das atividades da União Pan-Americana, embora fosse um símbolo acessível de todas as coisas positivas que a União Pan-Americana inspirou, um símbolo líder do idealismo, em vez de mercados ou poder. Embora as estruturas de mercado, o poder estatal e o cálculo político fossem essenciais para a forma como os programas funcionavam. A assimetria do poder norte-americano foi indicada no fato de que, basicamente, nada aconteceria a menos que alguém dos Estados Unidos promovesse e financiasse a proposta. Os latino-americanos eram considerados os pobres da família pan-americana, uma relação que gerava ressentimento e resistência, mas também forneceu recursos para os projetos que as pessoas queriam fazer.

Como eram as relações culturais mais próximas aos Estados Unidos? É possível dimensionar quais os países com maior importância ou proximidade — ao pensar os “intercâmbios” com Brasil, México, Cuba e Porto Rico?

Quando iniciei o projeto, presumi que as relações culturais mais importantes e mais próximas dos Estados Unidos teriam sido com o México, Cuba e Porto Rico, enquanto os países do Cone Sul desempenhariam um papel importante devido ao forte crescimento das indústrias culturais nessa parte do hemisfério, mas ainda assim secundárias. Enquanto eu trabalhava nos arquivos, descobri que minha hipótese estava errada. Na maioria dos casos, o México era o país mais importante da América Latina para funcionários anglo-americanos, mas no campo cultural, o México era menos importante do que eu tinha presumido. Havia razões práticas, como a fragilidade das editoras mexicanas antes da década de 1970. Autores no México têm tido dificuldade em desenvolver um perfil internacional devido à circulação limitada e à falta de publicidade. Os dois capítulos “sobre o boom”, que estão no meu livro *Improvised Continent*, descrevem o que Carlos Fuentes e outros fizeram para escapar dessas limitações práticas, ao mesmo tempo em que libertaram escritores latino-americanos da dependência da editora norte-americana para acesso internacional.

Nos arquivos, descobri que os formuladores de políticas estado-unidenses viam o Brasil como tendo o maior potencial para desenvolver uma sociedade industrial e de consumo. Promover uma aliança com o Brasil foi a prioridade. Os empresários ligados aos meios culturais estavam aumentando a atenção para o Brasil. Essa escolha estratégica por parte do governo dos EUA explica em parte a importância surpreendente de Cândido Portinari e Érico Veríssimo nos Estados Unidos na década de 1940, talvez também de Carmem Miranda. É claro que o talento também é sempre um fator necessário, porque nenhum objetivo geopolítico jamais motiva uma grande editora a lançar um livro, um grande museu a exibir um artista, ou os dirigentes de um estúdio de cinema de Hollywood a promover uma artista e cantora. Os arquivos encontrados nos Estados Unidos me mostraram que os funcionários do intercâmbio cultural acreditavam que Cândido Portinari e Érico Veríssimo poderiam ter um impacto positivo sobre os cidadãos dos Estados Unidos, um impacto

que ajudaria a construir apoio para construir uma aliança mais próxima com o Brasil.

Como pensar os “públicos” escolhidos, ou privilegiados, no “intercâmbio cultural”? Como você observa, na história dos debates públicos, as experiências de eminentes escritores e artistas latino-americanos em contato direto com os anglo-americanos?

O principal público para o intercâmbio cultural era interno, os cidadãos dos Estados Unidos que as autoridades e as elites do setor privado acreditavam estar desinteressados pelos assuntos internacionais e despreparados para os custos da liderança mundial, muito menos da dominação. O que tornou Portinari e Verissimo atraentes para os funcionários americanos foi a qualidade dos seus trabalhos, considerados atrativos para o público americano. Quero dizer criar audiências, sobretudo, audiências para as artes, consumidores de bens culturais com funções dentro de um sistema de produção e distribuição já bem estabelecido e altamente rentável.

O foco difere dos estudos anteriores, em grande parte escritos por historiadores da América Latina interessados, como deveriam estar, pelos esforços dos EUA para remodelar as sociedades latino-americanas ou extrair o consentimento para estratégias geopolíticas do Norte. Esses estudos examinaram os breves períodos em que o intercâmbio cultural parecia mais importante para os objetivos anglo-americanos — a resposta à Primeira Guerra Mundial; a política de “boa vizinhança” e a entrada continental na Segunda Guerra Mundial; na década de 1960, a campanha para limitar, se não destruir, a revolução cubana. Esses estudos geralmente concluíram que as políticas interamericanas não conseguiram aumentar o apoio na América Latina para a visão norte-americana dos assuntos mundiais. De uma perspectiva muito diferente, Frank Ninkovich e Richard Arndt têm visto a diplomacia cultural como um aspecto fundamental da política externa dos EUA. Ninkovich se concentra no uso da cultura no leste da Ásia e Arndt, que foi por muitos anos oficial de assuntos culturais no Departamento de

Estado, examina como os programas mudaram para se adequar a novas metas. Em todos esses estudos, o foco está nos efeitos sobre os países que os Estados Unidos queriam influenciar.

No *Improvised Continent*, voltei-me para um período muito mais longo de tempo. Comecei em 1889 com a criação da União Pan-Americana e terminei na primeira década do século XXI com o sucesso de vários cineastas mexicanos e brasileiros em Hollywood. O quadro mais longo traz as mudanças no intercâmbio cultural — e, também, a continuidade. Eu contesto a ideia de que os programas falharam. Ao longo do século passado, as metas estabelecidas no início do século XX foram alcançadas e institucionalizadas. Entretanto, eu queria ver os efeitos nos Estados Unidos, ver como a sociedade mudou de maneiras inesperadas quando alcançou o poder mundial. Para realizar meu objetivo, decidi examinar as experiências de eminentes escritores e artistas latino-americanos dentro dos Estados Unidos, aqueles que ganharam a chance de falar diretamente com o público anglo-americano e influenciar os debates. Eles me forneceram um conjunto de figuras exemplares cujas lutas e escolhas esclarecem os contextos políticos e culturais que facilitam, mas também restringem sua participação na cultura estadunidense. Para autores e artistas que analiso, a relação com os Estados Unidos foi muito importante para o trabalho deles, entre os quais: Gabriela Mistral, Diego Rivera, Érico Verissimo e Carlos Fuentes. Para outros, digamos, Cândido Portinari ou David Alfaro Siqueiros, embora sejam artistas que tiveram expressão, no panorama cultural dos Estados Unidos foi por um período relativamente curto. E havia aqueles para quem a relação com os Estados Unidos não era importante, nem pessoal nem profissionalmente, por exemplo, Maria Rosa Oliver ou Sérgio Buarque de Holanda, mas suas experiências revelam algo sobre a organização da política e da cultura nos Estados Unidos. Em minha abordagem, deliberadamente, transfiro a geopolítica para o segundo plano, em prol de uma micro-história de redes e instituições necessárias para a produção, distribuição e comercialização do trabalho cultural.

Sua pesquisa é marcada por dois temas fundamentais na história dos debates públicos: 1) o processo de criação de uma esfera pública transnacional, examinando em cada situação histórica as condições para o sucesso e também os obstáculos que minaram até mesmo projetos financiados; 2) a responsabilidade democrática pela política externa dos EUA — questionando se o público americano poderia saber o suficiente sobre os países onde seus líderes (fossem governamentais, fossem comerciais) estavam agindo para exigir liderança global responsável. Quais argumentos você mobiliza para tratar desses dois temas ainda tão relevantes para história pública contemporânea?

Cada livro histórico desenvolve-se por meio de um debate entre as histórias que podemos contar e as conclusões que demonstramos. Entretanto, contar uma história corretamente requer tempo, ainda mais tempo, para que as muitas histórias, juntas, nos permitam desenvolver um sentimento sobre o passado. Eu não vou contar as histórias que eu gostaria, mas vou apresentar quatro argumentos para tentar contemplar a sua pergunta.

Primeiro, desde o início da República, a política doméstica dos EUA tem sido instável. O pan-americanismo, embora estivesse no centro das ambições globais, tornou-se um catalizador de raivas e ressentimentos, por duas razões principais. Os democratas do sul viram o pan-americanismo como uma conspiração das elites ianques para deslegitimar o sistema de segregação racial. De fato, muitos gestores dessa política entenderam que a forma como os Estados Unidos organizavam hierarquias raciais, em grande medida o mecanismo principal de governança interna, era um obstáculo à dominação mundial e aos mecanismos de governança externa que desejavam construir. O pan-americanismo foi, de fato, a abertura do exame crítico das relações raciais, com agências governamentais, filantropias e instituições educacionais que patrocinam pesquisas sobre a chamada "democracia racial" encontrada em outros países do continente americano. *O Escravo e o Cidadão* de Frank Tannenbaum foi um

livro *best-seller*, publicado em 1947, que por duas décadas explicou que a segregação norte-americana expressava preconceitos culturais e que a diferença biológica é um mito com propósito político. Além disso, muitos republicanos conservadores se opuseram ao pan-americanismo como um prelúdio ao governo global e ao controle de mercado. No final da década de 1940, a defesa dos mercados, dos "costumes locais" e de *laissez-faire* foi combinada com uma nova aliança política — constantemente hostil a todas as iniciativas de política externa que iam além de um exército forte. Dessa aliança emergiram a presidência de Donald Trump e o culto popular que o apoia e glorifica.

Em segundo lugar, a imensurabilidade das instituições políticas, econômicas e culturais tem dificultado todos os esforços pan-americanos. Nos mercados editoriais, por exemplo, esse fenômeno apresenta-se particularmente claro. Entre 1880 e 1920, o mercado editorial nos EUA foi transformado pela reorganização industrial. Nos países latino-americanos, as formas artesanais de produzir livros e revistas persistiram até a década de 1960. Em parte devido aos baixos níveis de alfabetização, em parte devido ao domínio dos editores espanhóis em países de língua espanhola. O Brasil experimentou um surgimento anterior de editoras comerciais porque as editoras portuguesas não apresentavam as vantagens de seus pares na Espanha. Editoras norte-americanas queriam sim publicar livros de autores latino-americanos, mas não conseguiam identificar autores que pudessem despertar interesse entre os leitores nos Estados Unidos. O primeiro livro de um autor latino-americano a ter sucesso comercial e crítico nos Estados Unidos foi *Crossroads*, tradução de *Caminhos Cruzados* de Érico Veríssimo, publicada em 1943. Nove livros de Veríssimo seguiram-se nas duas décadas seguintes. Os dois autores da América Latina mais conhecidos na América de língua inglesa eram Érico Veríssimo e Pablo Neruda — um elo interessante, que infelizmente não há espaço para explorar aqui.

Portanto, vale indicar que os grandes níveis de reconhecimento comercial não vieram antes do *boom* da década de 1960. Como consequência

desse processo, os artistas visuais foram capazes de falar diretamente ao público norte-americano muito mais cedo do que os escritores, com alguns atingindo níveis notáveis de *status* de celebridade. Embora houvesse diferenças significativas na forma como as artes visuais eram organizadas, os sistemas de patrocínio foram importantes no apoio aos artistas e sua capacidade de trabalhar nos Estados Unidos, facilitando assim o movimento no norte dos Muralistas mexicanos, bem como vários pintores proeminentes do Brasil, do Cone Sul, e dos Andes.

Em terceiro lugar, com a Guerra Fria e o anticomunismo definindo todos os aspectos das políticas globais dos EUA, a prioridade é transferida da promoção de instituições democráticas formais para a supressão da esquerda. A violência substituiu a formação da opinião pública como uma estratégia-chave, e o intercâmbio cultural tornou-se menos importante. Com a Guerra do Vietnã, a opinião pública tornou-se disruptiva e caótica, especialmente porque o público estava certo. A solução da liderança dos EUA foi a ação executiva unilateral e a criação de falsa opinião pública, a fórmula que o presidente Reagan aperfeiçoou, elegendo batalhas para serem travadas na América Central, apesar de a maioria do público norte-americano estar em oposição — e nem mesmo um voto majoritário do Congresso para eliminar o financiamento conseguiu conter a política presidencial. Sem o objetivo de influenciar a opinião pública, o pan-americanismo perdeu sua função como um baluarte da expansão internacional. Na década de 1980, Carlos Fuentes publicou uma centena de artigos de opinião em jornais e revistas importantes nos Estados Unidos. Fuentes levantou-se em oposição à guerra de Reagan na América Central. Ele conseguiu que pensadores e estadistas da América Latina publicassem artigos que reiterassem seus argumentos. Quarenta anos antes, seus esforços poderiam muito bem ter mudado a política porque influenciou a opinião pública dos EUA. Entretanto, naquele momento os líderes dos EUA, simplesmente, decidiram ignorar tanto o pan-americanismo quanto a opinião pública como fatores perturbadores.

Depois de 1960, o intercâmbio cultural produziu resultados conflitantes e contraditórios. Muitos autores de esquerda da América Latina foram publicados, convidados a falar ou a lecionar em universidades nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, o escritor brasileiro mais popular durante as décadas de 1940 e 1950, Érico Veríssimo, desapareceu do mercado de livros norte-americano. Veríssimo ficou desiludido com a política americana, e seus últimos três romances criticam o mundo violento e injusto que os Estados Unidos haviam promovido como líder do chamado "mundo livre". Seus dois últimos romances, sobre a Guerra do Vietnã e o uso da tortura no Brasil, ainda não foram traduzidos para o inglês. As razões são complexas, mas me permitiram contar uma história que explora como e por que um escritor razoavelmente bem-sucedido chegou a ser completamente esquecido nos Estados Unidos.

A convicção de Veríssimo de que a escrita não poderia ser autônoma das realidades cotidianas estava no centro do que lhe permitiu, de meados da década de 1930 a 1970, provocar o debate público sobre temas que os governos brasileiros preferiram silenciar. Com seu último romance, *Incidente Em Antares*, sua fama no Brasil, já importante, tornou-se quase inatacável, mesmo que desconfortável para a esquerda ou para críticos que preferiram a experimentação mais criativa à decodificação ideológica. Nos Estados Unidos, Veríssimo não corresponde mais às prioridades do momento, nem do governo nem dos editores. Com uma nova ênfase na literatura como invenção de realidades alternativas, Jorge Luis Borges se junta a Gabriel García Márquez como os mais eminentes escritores latino-americanos, quase obrigatórios a ler. A posição política liberal de Borges poderia ser desconsiderada porque não era relevante para entender o que seu trabalho oferecia em relação à imaginação, livre arbítrio e obsessão.

Érico Veríssimo explorou os danos, o mal, os custos tanto pessoais quanto coletivos, acompanhando a violência do século XX. Suas posições políticas liberais não poderiam ser ignoradas, nem sua condenação da esquerda como culpada em igual grau. Seu anticomunismo não tinha

valor de mercado nos Estados Unidos, embora sua perspectiva tenha muito a dizer sobre os fracassos da liderança mundial dos Estados Unidos. Departamentos de *marketing* já não sabiam vender uma perspectiva que não fosse de esquerda. Ao purgá-lo para fora do mercado de livros norte-americano, eles efetivamente ignoraram uma perspectiva alternativa que teria sido útil simplesmente para entender a complexidade do pensamento em outro país. As decisões das editoras refletiram a avaliação do mercado e como um autor se encaixa nas prioridades dos negócios. O resultado não foi baseado na ideologia, mas reforçou uma divisão ideológica que se mostrou lucrativa por muitos anos.

No final de sua vida, Richard Pattee, um dos mais importantes arquitetos de programas de intercâmbio cultural, historiador da América Latina que se voluntariou para o serviço público, refletiu sobre seus anos de facilitação do intercâmbio entre os Estados Unidos e seus aliados na União Pan-Americana. Ele concluiu que o "conhecimento real" da América Latina permaneceu tênue nos Estados Unidos. Livros continuaram a apresentar uma visão parcial e distorcida do pensamento e dos valores na América Latina, com muita ênfase nas fontes do caos social e não o suficiente sobre a profundidade de recursos atuais para manter estruturas sociais, embora injustas. A falha mais grave foi a ausência da diversidade de opiniões realmente presente em cada país, em particular, ele argumentou, os fortes níveis de apoio que as forças conservadoras gozavam entre os pobres. O resultado foi que os conflitos políticos e sociais nos países latino-americanos geralmente pareciam misteriosos para os norte-americanos, pois as informações recebidas por leitores americanos sugeriam que os revolucionários estavam sempre prestes a tomar o poder, embora especialistas com informações mais detalhadas entendessem que os revolucionários tinham apoio limitado, apesar de vocalizarem questões relevantes. Os leitores americanos, considerando-se os escritores publicados após 1960, têm visto principalmente os aspectos mais políticos e esteticamente radicais do pensamento cultural na América de

línguas espanhola e portuguesa. Numa série de decisões razoáveis de publicação, configurou-se um continente para os leitores americanos que tinham uma profundidade literária muito maior do que complexidade política para perceber as ambiguidades do contexto. À medida que a tradução aumentava na década de 1960, um fenômeno intrigante tornou-se mais claro: mesmo quando os produtos culturais cruzaram fronteiras em maiores quantidades, a expectativa anterior de que os mercados culturais compartilhados levassem a espaços públicos compartilhados, expectativas compartilhadas e sistemas responsáveis para tomar decisões juntos não se concretizou, na verdade, estava mais distante. Esse foi um resultado inesperado dado o rápido crescimento dos mercados internacionais de mídia, que transformou o trabalho em mercadoria a ser vendida em todas as partes do mundo.

O fim da Guerra Fria em 1989 reviveu concepções liberais de governança, tanto globais quanto nacionais, mas não necessariamente sua prática. Se o liberalismo era transcendente, talvez apenas temporariamente, as lutas com o fascismo e o socialismo que definiram o século XX revelaram que o pan-americanismo era um ideal fracassado, assim como o ideal de responsabilização democrática. A busca dos líderes americanos pelo poder mundial excedeu os limites mínimos de sua liberdade de ação conquistada na virada do século, por meio de suas propostas de cooperação transnacional. Mesmo exaustos, talvez os ideais permaneçam atraentes em contraste com o niilismo que motiva grande parte da agitação antiliberal de hoje.

Na política atual, eu não acho pessimista imaginar que uma luta contemporânea pela responsabilização democrática possa durar — pelo menos desde a luta para acabar com as ditaduras de meados do século XX que o governo norte-americano fomentou em todo o mundo. A luta incluirá desdobramentos e compromissos e é provável que haja colaboração entre forças políticas da oposição em diferentes países. Talvez, ao saber das experiências anteriores, a colaboração venha a ser mais coerente e estratégica. Hannah Arendt argumentou que a comunicação e a construção

da comunidade ocorrem quando o antagonismo é alto e a violência se torna inteiramente possível, talvez até provável. Não podemos conversar se esperamos que nosso parceiro reflita nossos próprios sentimentos. A colaboração muitas vezes envolve pessoas que discordam de muitas coisas, e às vezes nem sequer entendem seus parceiros. Os casais vêm a aprender isso à medida que constroem seu relacionamento, assim como os movimentos sociais, que podem ter se enganado pela ideia de unidade. Se as pessoas em um determinado país raramente estão unidas em quase qualquer questão, é difícil conceber em que base pode haver unidade entre os povos mundiais. Mesmo assim, podemos exigir a responsabilidade por decisões e ações.

Vale ainda indagar sobre a sua experiência nos domínios da história oral. Como você observa os desafios da história oral a partir das dimensões públicas da memória social? Os debates dentro da história oral se relacionam com os debates sobre a prática da história pública? O debate sobre a popularização da história, no Brasil, está sendo feita pela plataforma de história pública. Quais são as proximidades e os distanciamentos entre história oral e história pública no Brasil e nos Estados Unidos?

A relação entre história acadêmica e história pública tem menos significado nos Estados Unidos do que a distinção feita entre pesquisa histórica (idealmente pensada como ciências humanas ou humanidades) e popularização da história para o público em geral (para a mídia de massa e indústrias culturais). Para essa discussão é necessário especificar as diferenças nacionais que tornam os termos, às vezes, não muito equivalentes. Tenho refletido sobre questões teóricas e metodológicas surgidas na intersecção da história oral e da história pública feita na universidade. Nos Estados Unidos, a história oral tem sido uma prática importante para a história pública, mas não se limita a essa rubrica. Concordo com a observação referente ao fato de os debates dentro da história oral se relacionarem com os debates

sobre a prática da história pública, porém, entendo que pesquisa histórica, história pública e história comunitária são três campos distintos de prática. Todos podem utilizar a história oral, embora de maneiras diferentes e para diferentes propósitos.

O trabalho de história oral se relaciona com o jornalismo, com a entrevista qualitativa em sociologia e outras ciências sociais e com a pesquisa etnográfica. Todos esses diferentes tipos de trabalho se reúnem em fóruns e grupos de história oral. Os programas universitários têm financiamentos mais estáveis para os trabalhos de história oral e, por isso, se tornaram a base organizacional do movimento de história oral nos Estados Unidos. No entanto, a Associação de História Oral nos EUA sempre esteve ciente da diversidade de interesses e objetivos daqueles que fazem história oral — diferentes públicos. Grupos de história oral locais e regionais, por exemplo, constroem prioritariamente uma história baseada na comunidade.

É válida uma discussão sobre os encontros e desencontros entre a prática da história oral preocupada com as dimensões públicas nos Estados Unidos e Brasil, particularmente a história oral realizada nas universidades. A partir dos sentidos de história pública pensados no Brasil, vale considerar os trabalhos de história oral associados aos debates sobre desigualdades sociais, discutindo estudos de caso com base nos acervos de história oral das universidades. Por meio da história oral, seria possível pensar a forma como os sujeitos (entrevistados) significam publicamente as desigualdades sociais contemporâneas. Seria importante perguntar: como é a divulgação/difusão das coleções de história oral que reverberaram narrativas públicas sobre desigualdades? Temos exemplos de história oral (trajetórias de vida e estudos temáticos) extraídos de trabalhos realizados na Universidade da Califórnia.

Embora, nos EUA, a expressão "história pública" seja usada de formas semelhantes ao seu uso no Brasil, alguns distanciamentos são evidentes. Nos EUA a expressão história pública não costuma ser utilizada para pensar os "usos públicos da história"; de maneira mais recorrente a expressão define

formas de produção e divulgação da história construídas fora da universidade e da indústria editorial.

Historiadores públicos trabalham em museus, grupos de história local, empresas privadas e agências governamentais. Preocupações acadêmicas, muitas vezes, não são relevantes para o trabalho que fazem — embora, às vezes, os padrões universitários sejam importantes: alguns historiadores públicos buscam fazer trabalhos associados aos debates históricos contemporâneos. Afinal, a história acadêmica estabelece o padrão para o estado do conhecimento histórico em geral em todas as partes da sociedade. Pode ser escrito para especialistas, para estudantes, para o público em geral, ou principalmente para o uso interno por instituições governamentais ou privadas.

Embora em alguns contextos a dualidade história acadêmica/história pública seja importante, observo que a distinção mais recorrente relacionada aos seus pontos é: uma história acadêmica escrita para especialistas *versus* uma história pública (popular) escrita para os leitores em geral.

A escrita mais amplamente divulgada da história não é produzida nem por historiadores públicos nem acadêmicos, mas por jornalistas (como Studs Terkel); ou historiadores bem treinados que preferem escrever *best-sellers* ou artigos em revistas de mídia de massa. Muitas vezes esses historiadores são respeitados (Jill Lepore faz ambas — história acadêmica e história pública — muito bem). Outras vezes são considerados "popularizadores", ou seja, não fazem trabalhos originais, mas reescrevem o que a historiografia já sabe — em formas acessíveis a uma gama mais ampla de leitores; mas, geralmente, uma década ou mais atrás do que os historiadores estão fazendo hoje (Doris Kearns Goodwin ou David McCullough são exemplos). Os "popularizadores" se relacionam com uma perspectiva mercadológica, uma história sobre políticos famosos ou história militar. Historiadores desprezam profundamente alguns "popularizadores" por seus trabalhos que defendem uma política reacionária. Enquanto Howard Zinn continua sendo um dos mais lidos e populares escritores históricos dos Estados Unidos, os escritores históricos "popularizadores" estão à direita (na verdade à

extrema direita) e veem seu trabalho como uma ação guerrilheira contra uma dominação imaginária "marxista" da universidade dos EUA.

Historiadores públicos, por outro lado, geralmente querem que seu trabalho seja aceito por historiadores acadêmicos e acompanhe a pesquisa histórica baseada na universidade. Evitam o envolvimento dos "popularizadores" porque enfraquece a integridade e a autoridade do que fazem. No entanto, às vezes, a situação política propicia a participação deles. Estou pensando a perspectiva das questões sobre história pública do ponto de vista da história acadêmica. Outros historiadores que trabalham em parceria com museus e sociedades de história local defendem posições diferentes. Historiadores acadêmicos, embora usem entrevistas o tempo todo, geralmente suspeitam da história oral e da história pública porque acreditam que essas práticas não complexificam ou retomam interpretações históricas de forma significativa. Acho que a queixa está correta. Eu defendi em reuniões de história oral, por trinta e cinco anos, que a disseminação de narrativas coletadas é insuficiente.

No Brasil a discussão de história pública, em associação com projetos de história oral, tem atuado como uma plataforma de ação em prol da democratização de histórias possíveis. Combate-se no *front* da história pública as chamadas *fake news* e negacionismos, mas também se investe no fomento de debates públicos sobre memória social, usos do passado e novas escritas da história para públicos diversos. Como você avalia esse movimento nos EUA?

O trabalho de história oral é construído a partir da análise das fontes, objetivando mudar as interpretações que orientam nosso ensino e pesquisa. Isso é geralmente óbvio fora dos EUA, mas encontra resistência nos EUA porque chega ao coração de quem tem o poder de fazer e propagar interpretações do passado — poderia ser estratégia para democratizar o exercício desse poder. Nos EUA, o impasse é um tecnicismo sem cérebro, que coleta o máximo de entrevistas que

puder e espera que alguém faça bom uso delas. Mas é possível pensar uma relação íntima e complexa da história com as dimensões públicas da memória e da política.

Vale reforçar a seguinte questão: digitalizar, catalogar, garantir acesso público na internet é uma dimensão importante da história pública; mas é preciso pensar nos processos de construção da pesquisa, nos interesses públicos envolvidos, bem como estar sensível aos diálogos (pesquisadores e comunidade) que norteiam novos rumos para a pesquisa. Dessa forma, projetos em história oral poderão estar atentos à história dos debates públicos, bem como aos esforços colaborativos que mobilizam diversos compromissos e engajamentos sócio-históricos. A sensibilidade e o cuidado com a aprendizagem histórica, no processo de construção dos projetos, trazem o compromisso com os debates públicos e com a produção do conhecimento — ultrapassando o fetiche do produto como resultado de grandes projetos e retomando o princípio público do espaço comum.

Referências

ARNDT, Richard T. *The First Resort of Kings: American Cultural Diplomacy in the Twentieth Century*. Washington: Potomac Books, 2005.

DORELLA, Priscila. Entrevista com Richard Cândida Smith: Por uma História Intelectual entre as Américas. *Revista Poder & Cultura*, v. 4, n. 8, p. 174-213, 2017. Disponível em: https://6fddb7bf-a556-4952-86d3-fb7ef897219.filesusr.com/ugd/ba0919_86fe5f3ed80a-479caf7700a0aa91e385.pdf

NINKOVICH, Frank A. *The Diplomacy of Ideas: U.S. Foreign Policy and Cultural Relations, 1938-1950*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

SMITH, Richard Cândida. História oral na historiografia: Autoria na História. In: SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. *Memória e Diálogo*. Escutas da Zona Leste: Visões sobre a História Oral. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

_____. Oral History at the University of California, Berkeley. In: RITCHIE, Donald. *The Oxford Handbook to Oral History*. New York: Oxford University Press, 2010.

_____. Publishing Oral History: Oral Exchange and Print Culture. In: CHARLTON, Thomas L.; MYERS, Lois E.; SHARPLESS, Rebecca. *The Research Handbook for Oral History*. Walnut Creek: AltaMira Press, 2006.

_____. *Circuitos de Subjetividade: História Oral, O Acervo e as Artes*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

_____. Érico Verissimo, a Brazilian Cultural Ambassador in the United States. *Tempo*, v. 17, n. 34, p. 149-175, 2013. <https://doi.org/10.5533/TEM-1980-542X-2013173412>

_____. História pública, por que não? In: BORGES, Viviane Trindade; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo. (Orgs.). *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

_____. *Improvised Continent: Pan-Americanism and Cultural Exchange*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017.

_____. *Mallarmé's Children: Symbolism and the Renewal of Experience*. Berkeley: University of California Press, 1999.

_____. "Romper lo que está resquebrajado": 1968 in the United States of America. *Cuadernos de Historia Contemporánea*, Madrid, v. 31, p. 135-148, 2009. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/CHCO/article/view/CHCO0909110135A>

_____. *The Modern Moves West: California Artists and Democratic Culture in the Twentieth Century*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2009.

_____. *Utopia and Dissent: Art, Poetry, and Politics in California*. Berkeley: University of California Press, 1995.

Ana Maria Mauad

Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com pós-doutorado no Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Atualmente é professora titular do Departamento de História, pesquisadora do Laboratório de História Oral e Imagem da UFF.

Juniele Rabêlo de Almeida

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Visitante Pós-Doc em 2020 na University of California – Berkeley. Atualmente é professora do Departamento de História e pesquisadora do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense.

Endereço para correspondência

Juniele Rabêlo de Almeida
 Instituto de História da Universidade Federal Fluminense
 Estrada Caetano Monteiro, 2835
 Maria Paula, 24320570
 Niterói, RJ, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Zeppelini Publishers e submetidos para validação da autora antes da publicação.